



A EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: ALGUNS QUESTIONAMENTOS

  Nicholas Davies¹

  Alzira Batalha Alcântara²

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

RESUMO

O artigo, por meio de análise de censos educacionais e literatura acadêmica, objetiva oferecer um quadro da evolução das matrículas estaduais e municipais de 2007 a 2017 e privadas de 2006 a 2017 na educação básica no Brasil, examinar algumas explicações desta evolução e indicar cuidados com o uso dos censos da educação básica. Constata a redução nacional das matrículas estaduais (-5.704.486), municipais (-1.429.275) e o crescimento das matrículas privadas (+1.540.858), com enormes diferenças entre regiões e estados. Aponta, igualmente, a insuficiência de explicações dadas para esta redução e sugere que ações políticas governamentais têm contribuído para esse quadro tão diverso.

PALAVRAS-CHAVE: Censos educacionais. Educação básica. Matrícula escolar. Política Nacional de Educação Básica.

Correspondência ao Autor
Nome: Nicholas Davies
E-mail: nidavies1@hotmail.com
Instituição: Universidade
Federal Fluminense, Brasil

Submetido: 01/10/2019
Aprovado: 26/02/2020
Publicado: 09/07/2020

 10.20396/rho.v20i0.8656916
e-Location: e020016
ISSN: 1676-2584

Checagem
Antiplágio



Distribuído
Sobre





THE EVOLUTION OF ENROLLMENTS IN BASIC EDUCATION IN BRAZIL: SOME QUESTIONS

Abstract

The article is intended, on the basis of educational census and academic literature, to provide a picture of State and municipal enrolments between 2007 and 2017 and private enrolments between 2006 and 2017 in basic education (all schooling prior to higher education) in Brazil, and to analyse some explanations offered for this evolution. The study detected a reduction in the number of State (-5.704.486) and municipal (-1.429.275) enrolments, the growth in private enrolments (+1.540.858), with huge differences between regions and States. It points out the insufficiency of explanations for this reduction and suggests that governmental political action have contributed to this diverse picture.

Keywords: Educational census. Basic education. School enrolments. National Basic Education Policy.

LA EVOLUCIÓN DE LAS MATRÍCULAS EM LA EDUCACIÓN BÁSICA EN BRASIL: ALGUNAS CUESTIONES

Resumen

El artículo, por medio de análisis de censos educativos y literatura académica, objetiva ofrecer un cuadro de la evolución de las matrículas provinciales y municipales de 2007 a 2017 y privadas de 2006 a 2017 en la educación básica en Brasil, examinar algunas explicaciones de esta evolución y indicar cuidados con el uso de censos de la educación básica. Constata la reducción nacional de matrículas provinciales (-5.704.486), municipales (-1.429.275) y el crecimiento de matrículas privadas (+1.540.858), con enormes diferencias entre regiones y provincias. También apunta la insuficiencia de explicaciones dadas para esta reducción y sugiere que acciones políticas gubernamentales han contribuido a este cuadro tan diverso.

Palabras-clave: Censos educativos. Educación básica. Matrícula escolar. Política Nacional de Educación Básica.



INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo central oferecer um quadro da evolução das matrículas estaduais e municipais de 2007 a 2017 e privadas de 2006 a 2017 na educação básica no Brasil, bem como uma análise de algumas explicações apresentadas para esta evolução. Tendo em vista que a fonte para mapear essa evolução encontra-se nos censos da educação básica, este trabalho inicia-se com uma reflexão acerca da confiabilidade dos dados dos censos compilados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O ano de 2007 foi escolhido como referência inicial para as matrículas estaduais e municipais, tendo em vista a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) neste ano. Entretanto, no caso das matrículas privadas, utilizou-se, como marco inicial, os dados de 2006³ porque 3 mil escolas privadas teriam deixado de fornecer os dados em 2007, com uma subnotificação de cerca de 600 mil alunos, segundo a **Sinopse Estatística da Educação Básica de 2008** (BRASIL, 2009b, p. 5), que oferece o seguinte esclarecimento:

Após o impacto inicial das mudanças metodológicas realizadas em 2007, principalmente aquela referente à coleta de dados individualizados dos alunos, que implicou na recusa da prestação das informações sobre os alunos de cerca de três mil escolas privadas (e uma matrícula estimada em cerca de 600 mil alunos). Assim sendo, o crescimento observado na rede privada, de mais 715.521 matrículas [de 2008 em relação a 2007], significa um ajuste no registro da matrícula daquelas escolas não respondentes em 2007.

O artigo se justifica porque não foram encontrados, na quase totalidade dos periódicos acadêmicos educacionais pesquisados (Capes Qualis A1 e A2 do quadriênio 2013-2016), estudos com características e fins similares. Os poucos encontrados não cobrem o período 2007-2017, nem a educação básica, tampouco o Brasil como um todo. Além disso, investigar o número de matrículas é relevante, pois este foi/é um dos critérios para a distribuição de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) (de 1998 a 2006) e do Fundeb (de 2007 a 2020), da quota estadual e municipal do salário-educação, dos recursos federais para programas como merenda escolar, transporte escolar, dinheiro direto na escola, dentre outros. Ademais, o Fundeb gerou expectativas de que iria estimular ou, ao menos, manter a educação básica pública. Por último, mas não menos importante, a proposta deste estudo se justifica, pois oferece dados que auxiliam para uma avaliação retrospectiva de alguns aspectos das políticas educacionais, como também contribuem para o planejamento de políticas vindouras.

Para tanto, este artigo se divide em três partes, além desta introdução e considerações finais. Na primeira, dialoga com alguns autores que expressam fragilidades dos dados dos censos escolares do INEP, como também apresenta processos realizados pelo INEP com o intuito de sanar inconsistências em seus registros; na segunda seção, o artigo mostra a evolução numérica e percentual das matrículas estaduais, municipais e privadas da educação básica no



Brasil por meio de quadros, gráficos e tece comentários; na terceira, apresenta as explicações usuais dadas para a evolução das matrículas e argumenta que outras questões devem ser agregadas para se compreender a redução, em termos nacionais, das matrículas públicas, como também a diversidade significativa da evolução das matrículas entre regiões e estados. Nas considerações finais, indicamos a carência de estudos focalizados e, sem negar, as explicações usualmente dadas, acreditamos que as políticas estaduais e municipais têm tido um papel essencial para este panorama.

A FRAGILIDADE DOS DADOS DOS CENSOS ESCOLARES DO INEP

Estudos acadêmicos demonstram a fragilidade dos dados dos Censos Escolares em diferentes níveis, modalidades e por razões diversas. Oliveira e Casagrande (2013) citam alguns desses, que expressam o questionamento acerca dessas estatísticas, sobretudo em relação ao tema da educação infantil, pela imprecisão no uso dos conceitos ou pela dificuldade de exatidão das matrículas em pré-escolas, que, conforme Campos, Rosemberg e Ferreira (1995, *apud* OLIVEIRA; CASAGRANDE, 2013, p. 182), ocorre devido à “sobreposição de níveis, já que a criança de 6 anos pode estar frequentando tanto a pré-escola quanto o ensino fundamental”. O problema teria continuado após a implantação do ensino fundamental de 9 anos, pois haveria crianças com 5 anos no ensino fundamental e outras com essa idade na pré-escola.

Outro estudo, que examina a capacidade de financiamento da educação em municípios do Rio Grande do Sul, também expressa essa fragilidade dos censos, ao registrar que os dados de matrícula em creches devem ser olhados com ressalvas, pois o crescimento delas de 1998 a 2007 “deve ser ponderado pelo entendimento de que a coleta de dados sobre matrículas na creche iniciou em 1998 e que nos primeiros anos nem todas as instituições prestaram informações ao Censo Escolar” (FARENZENA; MENDES, 2010, p. 269).

Já o artigo de Sales e Silva (2013), que examina a movimentação das matrículas no âmbito do ensino fundamental do estado do Piauí, aponta a maquiagem do número de matrículas para a obtenção de recursos do Fundef.

Segundo Rigotti (2012, p. 479), num artigo sobre transição demográfica, um dos maiores enganos históricos foi a sobre-estimação de alunos novos que entravam a cada ano no sistema de ensino, problema que teria sido identificado antes por vários autores.

Além do grande excesso de alunos novos registrados na primeira série, os dados do Censo Escolar também subestimavam a repetência e sobre-estimavam a evasão. Surpreendentemente, estes erros de interpretação das estatísticas educacionais persistiram durante várias décadas...

Outra distorção do número de matrículas foi provocada pelo Fundef, que, segundo Rigotti, teria levado à diminuição das matrículas de classes de aceleração e pré-escola e ensino supletivo e ao aumento de matrículas no ensino fundamental.



Num estudo sobre indicadores educacionais de matrículas de alunos com deficiência no Brasil (1974-2014), Rebelo e Kassar (2018, p. 288) apontam que, com a “implantação do Fundeb, alunos que frequentam salas de recursos recebem dupla matrícula, como forma de incentivo às redes educacionais a aderirem à política implantada.”

Por fim, o artigo de Tavares Júnior, Faria e Lima (2012, p. 51) repete alguns dos problemas já apontados por Rigotti (2012), como a “dupla contagem dos alunos nos censos escolares. Ao final de cada ano, os pais matriculavam seus filhos em outra escola ou a escola re-matriculava os alunos repetentes como alunos novos, o que subestimava a repetência e superestimava a evasão”.

Os próprios documentos do INEP confirmam a fragilidade dos dados dos Censos Escolares. O Censo de 2007 registrou uma queda de quase 3 milhões de matrículas em relação a 2006 na educação básica, segundo a **Sinopse Estatística da Educação Básica**. (BRASIL, 2008b). Tal redução foi atribuída, em parte, à mudança metodológica na coleta dos dados ocorrida em 2007. A partir de então, os dados do Censo Escolar passaram a ser coletados individualmente e não mais agregados por escola. Ou seja, conforme o MEC, a escola, ao invés de fornecer o número de alunos matriculados (coleta agregada), desde então, deve dar informações detalhadas⁴ sobre cada aluno matriculado. Tal alteração pretende aprimorar o sistema de coleta de dados. Um número de identificação único é atribuído a cada aluno e professor, devendo ser mantido nas coletas posteriores. Com o intuito de enfrentar inconsistências e ausências nos registros, o Inep tem aplicado os processos de deduplicação e de imputação na base de dados dos seus registros. Conforme a **Nota Técnica nº 8/2017/CGCQTI/DEED**, o processo de deduplicação busca identificar registros duplicados e vem sendo feito, desde 2007, de forma regular no cadastro de alunos e professores. Todos devem ter um código de identificação único, o qual pode ser validado por uma base externa.

O processo de deduplicação consiste na busca de pares de registros cujas informações em vários campos apresentam grande similaridade. Diversos campos são avaliados nesse processo, sendo alguns exemplos: nome, nome dos pais, data de nascimento, município de nascimento, município de residência e campos de documentação. (BRASIL, 2017, p. 4).

A referida Nota Técnica também informa que o Censo já coleta dados como o CPF ou a nova certidão de nascimento de 32 dígitos que podem ajudar no processo de identificação, mas reconhece que nem todos possuem esses documentos, e, por isso, muitos desses campos ficam sem preenchimento. Com o intuito de diminuir essas ausências, e/ou sanar inconsistências, além da deduplicação, aplica-se também o processo de imputação que, conforme a Nota Técnica em tela, captura informações válidas de outros alunos (chamados de doadores) com características similares que possam preencher os campos vazios do cadastro. Ressalta, também, que a abertura de um novo cadastro só é liberada pelo sistema, quando já foi feita uma busca na base nacional. Esses processos (deduplicação e imputação) incorporados na metodologia de coleta de dados buscam construir uma base com maior solidez. Tais ações são relevantes, visto que o censo



escolar é um elemento-chave para se elaborar um diagnóstico da realidade educacional, como também tecer prospectivas.

Se tal movimento é bem-vindo e abre possibilidades para uma base de dados mais confiável, o caminho não é simples nem rápido. O processo de deduplicação é algo complexo que busca cruzar dados distintos para sanar inconsistências. Entretanto, há empecilhos de distintas ordens. Um deles, reconhecido pelo próprio INEP, é a ausência de um registro civil único, o qual facilitaria a detecção de cadastro preexistente, evitando duplicidade de dados. Ademais, interesses diversificados, em inflar ou reduzir números, podem gerar informações inexatas. Dados enviados por cada escola podem ser inflados, quando há verbas no horizonte, ou, pelo contrário, quando há evasão ou repetência, cujas razões podem estar no âmbito da educação e/ou na estrutura desigual da sociedade, os dados podem ser minimizados para encobrir tal realidade. Ou seja, esses processos para depurar a base de dados são bem-vindos, mas o desafio ainda persiste.

O próprio Censo de 2007, o qual iniciou a nova metodologia, deixou, como já citado, de registrar cerca de 600 mil matrículas na rede privada porque cerca de 3 mil escolas privadas teriam se recusado a fornecer informações, como informa a Introdução (p. 6) da **Sinopse Estatística da Educação Básica de 2008** (BRASIL, 2009b).

O **Resultado do Censo da Educação Básica 2009** (BRASIL, 2010b, p. 2), por sua vez, informa que “foram identificados e excluídos 5.594.763 registros duplicados do cadastro de alunos”, indicando que o problema da dupla contagem de alunos ainda não foi resolvido. A comparação dos dados de matrículas de 2008 e 2009 mostra, contudo, que houve uma queda de apenas 652.416 matrículas.

Ainda que matrícula não se confunda com aluno, pois este se refere a uma pessoa física e matrícula ao vínculo que o aluno estabelece com uma dada instituição, podendo, portanto, o mesmo aluno ter mais de uma matrícula, causa-nos estranheza que, após o processo de deduplicação, tenham sido excluídos mais de cinco milhões de registros de alunos cadastrados (5.594.763) e tenha havido uma redução de apenas 652.416 matrículas.

O problema da dupla contagem parece não ter sido resolvido, pois, segundo o **Resumo Técnico do Censo Escolar de 2010**, o “Inep ... exigiu a comprovação documental da matrícula e da frequência para o aluno com mais de um vínculo escolar (matrícula em mais de uma escola) para o seu registro no Censo Escolar, como forma de evitar a dupla contagem de matrícula.” (BRASIL, 2011b, p. 3).

Considerando a relevância dos censos escolares como fonte para as pesquisas, mas também, ou sobretudo para formulação e avaliação de políticas, a introdução de novos processos que aprimorem o registro de dados no sistema é bem-vinda. Problemas ainda persistem, porém discuti-los é importante, a fim de perceber os avanços realizados, como também os entraves ainda existentes, indicando o cuidado na análise dos mesmos.



MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS CAEM PORÉM MATRÍCULAS PRIVADAS CRESCEM

Esta seção pretende mostrar e comentar a evolução numérica e percentual das matrículas estaduais e municipais de 2007 a 2017 e privadas de 2006 a 2017 na educação básica no Brasil. Os critérios para a escolha deste período foram explicados na Introdução deste texto.

O primeiro fato que chama atenção é a redução, entre 2007 e 2017, de matrículas estaduais (-5.704.486) e municipais (-1.429.275) e o crescimento, entre 2006 e 2017, das matrículas privadas (+1.540.858), conforme mostram os quadros 1 e 2 e o gráfico 1, que registram também as enormes diferenças de evolução. Em todas as regiões, as matrículas estaduais caíram, como expressa o gráfico 1: 33,9% no Nordeste, seguida pelo Sul (-25,9%), Sudeste (-25,3%), Norte (-17,9%) e Centro-Oeste (-17,8%). As municipais, por sua vez, diminuíram no Nordeste (-15,1%) e Sudeste (-3%), porém cresceram no Norte (+2,1%), Sul (+5,4%) e Centro-Oeste (+8%). As privadas, por fim, expandiram-se em todas as regiões: Norte (+27,9%), Sudeste (+22,8%), Sul (+19,2%), Nordeste (+18,8%) e Centro-Oeste (+16,4%). Cabe realçar que há diferenças expressivas no interior de cada região, especialmente na região Norte. Os quadros 3, 4 e 5, mais adiante, registram, respectivamente, a classificação percentual da evolução das matrículas estaduais e municipais de 2007 a 2017 e privadas de 2006 a 2017 na educação básica. Estes quadros são úteis porque permitem identificar as redes que mais diminuíram ou cresceram em termos percentuais, e os gráficos possibilitam visualizar, sinteticamente, a evolução das matrículas, em termos percentuais, nas distintas regiões.

Um segundo fato que chama atenção é o Nordeste concentrar as maiores perdas estaduais e municipais em termos percentuais, assim como alguns dos maiores ganhos percentuais privados. Vale ressaltar que a evolução percentual deve ser vista juntamente com a evolução numérica. Afinal, 50% de aumento sobre 10 equivalem a 5, ao passo que 50% de aumento sobre 1000 correspondem a 500. Portanto, a evolução em termos absolutos também é significativa. Todas estas discrepâncias são visíveis também na evolução das matrículas urbanas e rurais, mostrada mais adiante.

Quadro 1 – Evolução do total de matrículas estaduais e municipais na educação básica no Brasil de 2007 a 2017

(continua)

Região/Unidade da Federação	Estadual				Municipal			
	2007	2017	Evolução	Ev. %	2007	2017	Evolução	Ev. %
BRASIL	21.927.300	16.222.814	-5.704.486	-26,0	24.531.011	23.101.736	-1.429.275	-5,8
NORTE	2.177.846	1.787.649	-390.197	-17,9	2.671.573	2.727.718	56.145	2,1
Rondônia	257.414	204.110	-53.304	-20,7	184.733	184.491	-242	-0,1



Quadro 1 – Evolução do total de matrículas estaduais e municipais na educação básica no Brasil de 2007 a 2017

(conclusão)

Acre	152.799	170.628	17.829	11,7	83.762	98.979	15.217	18,2
Amazonas	501.008	466.599	-34.409	-6,9	597.841	601.050	3.209	0,5
Roraima	94.304	72.311	-21.993	-23,3	31.936	63.666	31.730	99,4
Pará	790.342	589.280	-201.062	-25,4	1.557.011	1.507.319	-49.692	-3,2
Amapá	151.115	123.805	-27.310	-18,1	52.535	75.769	23.234	44,2
Tocantins	230.864	160.916	-69.948	-30,3	163.755	196.444	32.689	20,0
NORDESTE	5.130.081	3.389.404	-1.740.677	-33,9	9.861.791	8.373.857	-1.487.934	-15,1
Maranhão	547.587	356.173	-191.414	-35,0	1.561.918	1.455.443	-106.475	-6,8
Piauí	335.931	305.444	-30.487	-9,1	617.695	546.650	-71.045	-11,5
Ceará	645.381	426.586	-218.795	-33,9	1.670.593	1.323.397	-347.196	-20,8
R. G. Norte	359.440	231.245	-128.195	-35,7	468.490	417.379	-51.111	-10,9
Paraíba	451.037	288.636	-162.401	-36,0	595.860	506.491	-89.369	-15,0
Pernambuco	923.105	591.470	-331.635	-35,9	1.319.296	1.143.022	-176.274	-13,4
Alagoas	275.750	180.975	-94.775	-34,4	637.620	541.065	-96.555	-15,1
Sergipe	234.911	154.605	-80.306	-34,2	316.419	267.353	-49.066	-15,5
Bahia	1.356.939	854.270	-502.669	-37,0	2.673.900	2.173.057	-500.843	-18,7
SUDESTE	9.289.648	6.940.454	-2.349.194	-25,3	8.113.860	7.873.040	-240.820	-3,0
Minas Gerais	2.551.433	2.107.401	-444.032	-17,4	1.928.047	1.773.793	-154.254	-8,0
Espírito Santo	312.061	260.186	-51.875	-16,6	490.148	507.072	16.924	3,5
Rio de Janeiro	1.348.636	717.877	-630.759	-46,8	1.826.840	1.692.326	-134.514	-7,4
São Paulo	5.077.518	3.854.990	-1.222.528	-24,1	3.868.825	3.899.849	31.024	0,8
SUL	3.414.306	2.530.452	-883.854	-25,9	2.624.905	2.767.281	142.376	5,4
Paraná	1.353.670	1.085.468	-268.202	-19,8	1.047.053	1.047.543	490	0,05
Santa Catarina	738.642	514.368	-224.274	-30,4	640.965	749.344	108.379	16,9
R. G. do Sul	1.321.994	930.616	-391.378	-29,6	936.887	970.394	33.507	3,6
CENTRO-OESTE	1.915.419	1.574.855	-340.564	-17,8	1.258.882	1.359.840	100.958	8,0
M. G. do Sul	304.864	252.653	-52.211	-17,1	305.929	340.144	34.215	11,2
Mato Grosso	439.271	384.254	-55.017	-12,5	353.778	357.701	3.923	1,1
Goiás	669.908	478.250	-191.658	-28,6	599.175	661.995	62.820	10,5
Distrito Federal	501.376	459.698	-41.678	-8,3				

Fontes: Censos Escolares de 2007 e 2017 (BRASIL, 2008a, 2018) e cálculos efetuados pelos autores.



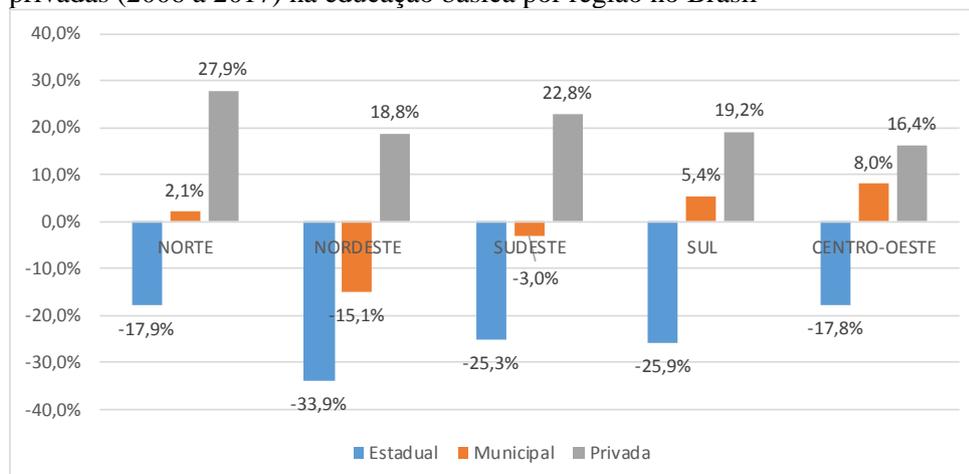
Quadro 2 – Evolução do número total de matrículas privadas na educação básica no Brasil de 2006 a 2017

Região/Unidade da Federação	2006	2017	Evolução	Ev. %
BRASIL	7.346.203	8.887.061	1.540.858	21,0
NORTE	354.135	453.098	98.963	27,9
Rondônia	40.811	38.737	-2.074	- 5,1
Acre	12.068	11.917	-151	- 1,3
Amazonas	83.473	90.571	7.098	8,5
Roraima	6.665	16.206	9.541	143,2
Pará	158.436	231.000	72.564	45,8
Amapá	21.842	22.557	715	3,3
Tocantins	30.840	42.110	11.270	36,5
NORDESTE	2.064.454	2.452.607	388.153	18,8
Maranhão	218.330	231.532	13.202	6,0
Piauí	123.711	110.938	-12.773	-10,3
Ceará	392.497	422.819	30.322	7,7
R. G. do Norte	146.724	169.223	22.499	15,3
Paraíba	140.837	189.643	48.806	34,7
Pernambuco	450.885	511.540	60.655	13,5
Alagoas	91.720	143.581	51.861	56,5
Sergipe	71.909	121.154	49.245	68,5
Bahia	427.841	552.177	124.336	29,1
SUDESTE	3.418.747	4.199.636	780.889	22,8
Minas Gerais	666.520	680.922	14.402	2,2
Espírito Santo	130.376	108.587	-21.789	- 16,7
Rio de Janeiro	856.835	1.113.946	257.111	30,0
São Paulo	1.765.016	2.296.181	531.165	30,1
SUL	932.271	1.110.836	178.565	19,2
Paraná	365.869	446.691	80.822	22,1
Santa Catarina	214.322	251.251	36.929	17,2
R. G. do Sul	352.080	412.894	60.814	17,3
CENTRO-OESTE	576.596	670.884	94.288	16,4
M. G. do Sul	83.866	89.215	5.349	6,4
Mato Grosso	76.000	107.536	31.536	41,5
Goiás	250.625	281.070	30.445	12,1
Distrito Federal	166.105	193.063	26.958	16,2

Fontes: Censos Escolares de 2006 e 2017 (BRASIL, 2007, 2018) e cálculos efetuados pelos autores.



Gráfico 1 - Evolução percentual do número de matrículas estaduais e municipais (2007 a 2017) e privadas (2006 a 2017) na educação básica por região no Brasil



Fontes: Censos Escolares de 2006, 2007 e 2017 (BRASIL, 2007, 2008a, 2018) e cálculos efetuados pelos autores.

O quadro 3 classifica percentualmente a evolução das matrículas estaduais no período, com queda total de 5.704.486 matrículas (-26%). Os seguintes aspectos merecem destaque: (a) todas as redes tiveram redução, com exceção do Acre; (b) o percentual de queda variou desde o mínimo de -6,9%, no Amazonas, até o máximo de -46,8%, no Rio de Janeiro, a maior queda de todas as redes estaduais; (c) dos 10 estados com maior redução percentual, 8 são do Nordeste; (d) as 5 maiores quedas em termos absolutos se concentraram em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Quadro 3 - Classificação percentual da evolução do número de matrículas estaduais na educação básica no Brasil de 2007 a 2017

(continua)

Unidade da Federação	2007	2017	Evolução	Ev. %
1. Rio de Janeiro	1.348.636	717.877	-630.759	-46,8
2. Bahia	1.356.939	854.270	-502.669	-37,0
3. Paraíba	451.037	288.636	-162.401	-36,0
4. Pernambuco	923.105	591.470	-331.635	-35,9
5. R. G. do Norte	359.440	231.245	-128.195	-35,7
6. Maranhão	547.587	356.173	-191.414	-35,0
7. Alagoas	275.750	180.975	-94.775	-34,4
8. Sergipe	234.911	154.605	-80.306	-34,2
9. Ceará	645.381	426.586	-218.795	-33,9
10. Santa Catarina	738.642	514.368	-224.274	-30,4
11. Tocantins	230.864	160.916	-69.948	-30,3
12. R. G. do Sul	1.321.994	930.616	-391.378	-29,6
13. Goiás	669.908	478.250	-191.658	-28,6
14. Pará	790.342	589.280	-201.062	-25,4
15. São Paulo	5.077.518	3.854.990	-1.222.528	-24,1
16. Roraima	94.304	72.311	-21.993	-23,3



Quadro 3 - Classificação percentual da evolução do número de matrículas estaduais na educação básica no Brasil de 2007 a 2017

(conclusão)

17. Rondônia	257.414	204.110	-53.304	-20,7
18. Paraná	1.353.670	1.085.468	-268.202	-19,8
19. Amapá	151.115	123.805	-27.310	-18,1
20. Minas Gerais	2.551.433	2.107.401	-444.032	-17,4
21. M. G. do Sul	304.864	252.653	-52.211	-17,1
22. Espírito Santo	312.061	260.186	-51.875	-16,6
23. Mato Grosso	439.271	384.254	-55.017	-12,5
24. Piauí	335.931	305.444	-30.487	-9,1
25. Distrito Federal	501.376	459.698	-41.678	-8,3
26. Amazonas	501.008	466.599	-34.409	-6,9
27. Acre	152.799	170.628	17.829	11,7
Evolução média do número de matrículas estaduais na educação básica de 2007 a 2017				-26%

Fontes: Censos Escolares de 2007 e 2017 (BRASIL, 2008a, 2018) e cálculos efetuados pelos autores.

O quadro 4 registra a classificação percentual da evolução do número de matrículas municipais no período, com declínio de 1.429.275 (-5,8%). Cabe destacar que: (a) em 13 estados, as municipais diminuíram, variando entre -0,1% (Rondônia) e -20,8% (Ceará), sendo as perdas concentradas sobretudo no Nordeste (-1.487.934); (b) as redes municipais de 8 estados do Nordeste foram as que mais diminuíram em termos percentuais, o que chama atenção sobretudo porque a maioria ou pelo menos um grande número de suas prefeituras tiveram e têm receitas adicionais expressivas por conta do Fundeb, devido à complementação federal e às perdas dos governos estaduais para as prefeituras; (c) as 5 maiores quedas em termos absolutos se concentraram na Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro; (d) em 13 estados elas cresceram, de um mínimo de +0,05% (Paraná) até um máximo de +99,4% (Roraima).

Nesse quadro, constam 26 estados e não 27, pois as matrículas do Distrito Federal foram arroladas no quadro 3 (matrículas estaduais).

Quadro 4 – Classificação percentual da evolução do número de matrículas municipais na educação básica no Brasil de 2007 a 2017

(continua)

Unidade da Federação	2007	2017	Evolução	Ev. %
1. Ceará	1.670.593	1.323.397	-347.196	-20,8
2. Bahia	2.673.900	2.173.057	-500.843	-18,7
3. Sergipe	316.419	267.353	-49.066	-15,5
4. Alagoas	637.620	541.065	-96.555	-15,1
5. Paraíba	595.860	506.491	-89.369	-15,0
6. Pernambuco	1.319.296	1.143.022	-176.274	-13,4
7. Piauí	617.695	546.650	-71.045	-11,5
8. R. G. do Norte	468.490	417.379	-51.111	-10,9



Quadro 4 – Classificação percentual da evolução do número de matrículas municipais na educação básica no Brasil de 2007 a 2017

(conclusão)

9. Minas Gerais	1.928.047	1.773.793	-154.254	-8,0
10. Rio de Janeiro	1.826.840	1.692.326	-134.514	-7,4
11. Maranhão	1.561.918	1.455.443	-106.475	-6,8
12. Pará	1.557.011	1.507.319	-49.692	-3,2
13. Rondônia	184.733	184.491	-242	-0,1
14. Paraná	1.047.053	1.047.543	490	0,05
15. Amazonas	597.841	601.050	3.209	0,5
16. São Paulo	3.868.825	3.899.849	31.024	0,8
17. Mato Grosso	353.778	357.701	3.923	1,1
18. Espírito Santo	490.148	507.072	16.924	3,5
19. R. G. do Sul	936.887	970.394	33.507	3,6
20. Goiás	599.175	661.995	62.820	10,5
21. M. G. do Sul	305.929	340.144	34.215	11,2
22. Santa Catarina	640.965	749.344	108.379	16,9
23. Acre	83.762	98.979	15.217	18,2
24. Tocantins	163.755	196.444	32.689	20,0
25. Amapá	52.535	75.769	23.234	44,2
26. Roraima	31.936	63.666	31.730	99,4
Evolução média das matrículas municipais na educação básica				-5,8%

Fontes: Censos Escolares de 2007 e 2017 (BRASIL, 2008a, 2018) e cálculos efetuados pelos autores.

O quadro 5 mostra a classificação percentual da evolução do número de matrículas privadas na educação básica de 2006 a 2017. Cresceram 21%, com aumento de 1.540.858 matrículas na comparação de 2017 com 2006. Os aumentos em 23 estados variaram do mínimo de 2,2%, em Minas Gerais, até o máximo de 143,2%, em Roraima. Em síntese, o quadro indica que 23 unidades da federação aumentaram e apenas 4 diminuíram. Divididos em três grupos, desses 23 estados, seis (MG, AP, MA, MS, CE e AM) cresceram entre 0,1% e 10%; num segundo grupo, há seis estados (GO, PE, RN, DF, SC, RS) que aumentaram entre 10,1% e 20%, e a maior parte (11 dentre os 23) encontra-se no terceiro grupo (PR, BA, RJ, SP, PB, TO, MT, PA, AL, SE, RR), com um aumento acima de 20%. Cabe notar que Alagoas, Sergipe e Roraima cresceram acima de 50%, sendo que Roraima, tal como ocorreu com as matrículas municipais (99,4%), apresentou aumento muito expressivo, que destoa dos demais (143,2%). Vale dizer que, embora o percentual de aumento das matrículas privadas seja superior, em números absolutos, as matrículas municipais (63.666) são muito superiores às privadas (16.2016) em Roraima para o ano de 2017. Somente 4 estados (AC, RO, PI e ES) tiveram redução nas matrículas privadas, entre -1,3% e -16,7%.



Quadro 5 - Classificação percentual da evolução do número de matrículas privadas na educação básica no Brasil de 2006 a 2017

Unidade da Federação	2006	2017	Evolução	Ev. %
1. Roraima	6.665	16.206	9.541	143,2
2. Sergipe	71.909	121.154	49.245	68,5
3. Alagoas	91.720	143.581	51.861	56,5
4. Pará	158.436	231.000	72.564	45,8
5. Mato Grosso	76.000	107.536	31.536	41,5
6. Tocantins	30.840	42.110	11.270	36,5
7. Paraíba	140.837	189.643	48.806	34,7
8. São Paulo	1.765.016	2.296.181	531.165	30,1
9. Rio de Janeiro	856.835	1.113.946	257.111	30,0
10. Bahia	427.841	552.177	124.336	29,1
11. Paraná	365.869	446.691	80.822	22,1
12. R. G. do Sul	352.080	412.894	60.814	17,3
13. Santa Catarina	214.322	251.251	36.929	17,2
14. Distrito Federal	166.105	193.063	26.958	16,2
15. R. G. do Norte	146.724	169.223	22.499	15,3
16. Pernambuco	450.885	511.540	60.655	13,5
17. Goiás	250.625	281.070	30.445	12,1
18. Amazonas	83.473	90.571	7.098	8,5
19. Ceará	392.497	422.819	30.322	7,7
20. M. G. do Sul	83.866	89.215	5.349	6,4
21. Maranhão	218.330	231.532	13.202	6,0
22. Amapá	21.842	22.557	715	3,3
23. Minas Gerais	666.520	680.922	14.402	2,2
24. Acre	12.068	11.917	-151	- 1,3
25. Rondônia	40.811	38.737	-2.074	- 5,1
26. Piauí	123.711	110.938	-12.773	-10,3
27. Espírito Santo	130.376	108.587	-21.789	- 16,7
Evolução média das matrículas privadas na educação básica de 2006 a 2017				21%

Fontes: Censos Escolares de 2006 e 2017 (BRASIL, 2007, 2018) e cálculos efetuados pelos autores.

Os quadros 6 e 7 e o gráfico 2 retratam a evolução das matrículas estaduais, municipais (quadro 6) de 2007 a 2017 e privadas (quadro 7) de 2006 a 2017 na localização urbana na educação básica. São enormes as diferenças em termos nacionais, regionais e estaduais. Em termos nacionais, o número de estaduais diminuiu significativamente (-5.633.852, ou -26,8%), o de municipais teve uma queda quase irrisória (-35.562, ou -0,2%), porém o de matrículas privadas cresceu bastante (+1.550.954, ou +21,4%). Nas regiões, as diferenças também foram significativas. No Norte, enquanto as estaduais diminuíram 21,7%, as municipais e as privadas cresceram, respectivamente, 7,8%, e 29,9%. No Nordeste, a queda das estaduais e municipais



foi de 34,9% e 6,5%, respectivamente, porém as matrículas privadas cresceram 19,8%. No Sudeste, a redução das estaduais e municipais foi de 25,3% e 1,6%, respectivamente, mas as privadas aumentaram 22,8%. No Sul, apenas as estaduais diminuíram (-26%), pois as municipais (+ 9,5%) e as privadas (+ 19,3%) cresceram. Por fim, no Centro-Oeste, as estaduais tiveram redução de 19,9%, porém as municipais (+11,6%) e privadas (+16,7%) aumentaram.

Os seguintes pontos merecem destaque na evolução das matrículas urbanas: (a) as matrículas estaduais de quase todas (única exceção foi o Acre) as redes diminuíram, desde o mínimo de -8,5% (Distrito Federal) até o máximo de -46,5% (Rio de Janeiro); (b) as matrículas municipais das regiões Norte, Sul e Centro-Oeste aumentaram, respectivamente, em 7,8%, 9,5% e 11,6%, porém as do Nordeste (-6,5%) e Sudeste (-1,6%) diminuíram; (c) dos 26 estados, 16 tiveram aumento em suas matrículas municipais e 10 reduziram. Desses 16 estados, divididos em três grupos, oito aumentaram de 0,1% a 10%, dois oscilaram entre 10,1% e 20%, e seis aumentaram acima de 20%, sendo que Roraima foi um caso atípico, o único com um índice de 113,1%. Dentre os 10 estados que reduziram suas matrículas municipais, oito ficaram na faixa de 0,1% até 10%, e dois reduziram entre 10,1% e 20%. Cabe ressaltar que a região Nordeste foi a que mais encolheu suas matrículas municipais, e apenas Maranhão e Piauí cresceram 4,8% e 4,2%, respectivamente. Já as matrículas privadas cresceram em todas as regiões e praticamente em todos os estados, com exceção do Acre, Espírito Santo, Piauí e Rondônia. Dos 23 estados com aumento nas matrículas privadas urbanas, cinco oscilaram entre 0,1% e 10%, sete, entre 10,1% e 20%, e onze, acima de 20%.

Quadro 6 – Evolução do número de matrículas estaduais e municipais na localização urbana na educação básica no Brasil de 2007 a 2017

(continua)

Região/Unidade e da Federação	Estadual				Municipal			
	2007	2017	Evolução	Ev. %	2007	2017	Ev.	Ev. %
BRASIL	21.021.716	15.387.864	-5.633.852	-26,8	18.538.399	18.502.837	-35.562	-0,2
NORTE	2.017.377	1.580.524	-436.853	-21,7	1.639.217	1.767.749	128.532	7,8
Rondônia	247.647	188.016	-59.631	-24,1	108.954	132.916	23.962	22,0
Acre	122.448	124.894	2.446	2,0	49.135	63.133	13.998	28,5
Amazonas	481.745	419.657	-62.088	-12,9	375.310	390.971	15.661	4,2
Roraima	75.111	50.473	-24.638	-32,8	22.708	48.389	25.681	113,1
Pará	744.692	553.122	-191.570	-25,7	916.743	903.923	-12.820	-1,4
Amapá	127.426	97.457	-29.969	-23,5	43.044	62.283	19.239	44,7
Tocantins	218.308	146.905	-71.403	-32,7	123.323	166.134	42.811	34,7
NORDESTE	4.850.492	3.158.128	-1.692.364	-34,9	5.983.274	5.592.847	-390.427	-6,5
Maranhão	494.627	293.756	-200.871	-40,6	792.871	830.964	38.093	4,8
Piauí	326.348	293.484	-32.864	-10,1	337.800	351.968	14.168	4,2



Quadro 6 – Evolução do número de matrículas estaduais e municipais na localização urbana na educação básica no Brasil de 2007 a 2017

(conclusão)

Ceará	635.175	403.975	-231.200	-36,4	1.080.683	954.656	-126.027	11,7
R. G. do Norte	342.872	222.483	-120.389	-35,1	325.426	306.171	-19.255	-5,9
Paraíba	425.167	271.756	-153.411	-36,1	406.770	371.318	-35.452	-8,7
Pernambuco	819.657	541.636	-278.021	-33,9	893.566	834.317	-59.249	-6,6
Alagoas	262.359	170.109	-92.250	-35,2	410.903	354.710	-56.193	13,7
Sergipe	224.094	147.562	-76.532	-34,2	177.185	164.512	-12.673	-7,2
Bahia	1.320.193	813.367	-506.826	-38,4	1.558.070	1.424.231	-133.839	-8,6
SUDESTE	9.074.144	6.776.615	-2.297.529	-25,3	7.524.135	7.404.667	-119.468	-1,6
Minas Gerais	2.467.833	2.045.334	-422.499	-17,1	1.636.474	1.582.486	-53.988	-3,3
Espírito Santo	297.026	248.018	-49.008	-16,5	423.232	450.584	27.352	6,5
Rio de Janeiro	1.307.090	694.132	-612.958	-46,9	1.687.220	1.560.673	-126.547	-7,5
São Paulo	5.002.195	3.789.131	-1.213.064	-24,3	3.777.209	3.810.924	33.715	0,9
SUL	3.230.612	2.390.913	-839.699	-26,0	2.297.757	2.517.172	219.415	9,5
Paraná	1.290.098	1.029.457	-260.641	-20,2	952.782	982.984	30.202	3,2
Santa Catarina	699.792	486.452	-213.340	-30,5	557.375	680.094	122.719	22,0
R. G. do Sul	1.240.722	875.004	-365.718	-29,5	787.600	854.094	66.494	8,4
CENTROESTE	1.849.091	1.481.684	-367.407	-19,9	1.094.016	1.220.402	126.386	11,6
M. G. do Sul	298.949	237.948	-61.001	-20,4	264.468	296.106	31.638	12,0
Mato Grosso	412.145	337.865	-74.280	-18,0	277.852	300.490	22.638	8,1
Goiás	660.136	468.564	-191.572	-29,0	551.696	623.806	72.110	13,1
Dist. Federal	477.861	437.307	-40.554	-8,5				

Fontes: Censos Escolares de 2007 e 2017 (BRASIL, 2008a, 2018) e cálculos efetuados pelos autores.

Quadro 7 – Evolução do número de matrículas privadas na localização urbana na educação básica no Brasil de 2006 a 2017

(continua)

Região/Unidade da Federação	2006	2017	Ev.	Ev. %
BRASIL	7.254.417	8.805.371	1.550.954	21,4
NORTE	343.724	446.490	102.766	29,9
Rondônia	39.543	37.355	-2.188	-5,5
Acre	12.068	11.917	-151	-1,3
Amazonas	81.502	90.005	8.503	10,4
Roraima	6.606	16.172	9.566	144,8
Pará	154.430	227.772	73.342	47,5
Amapá	20.207	22.157	1.950	9,7
Tocantins	29.368	41.112	11.744	40,0
NORDESTE	2.012.030	2.409.450	397.420	19,8
Maranhão	194.115	211.110	16.995	8,8



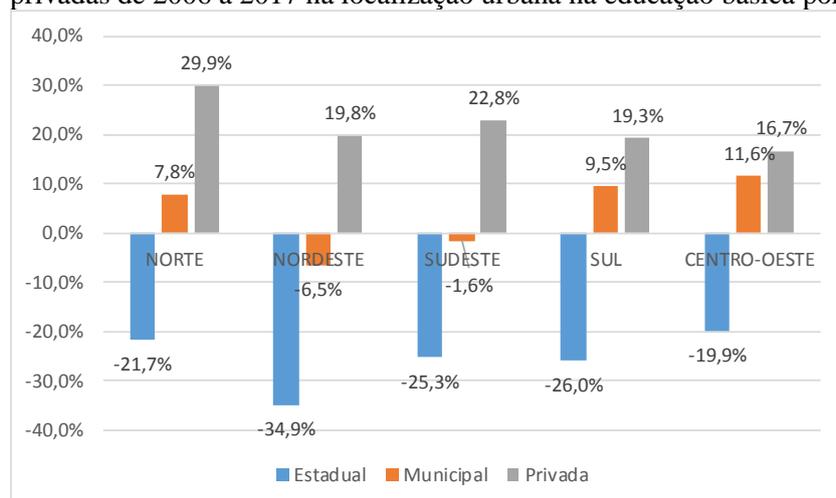
Quadro 7 – Evolução do número de matrículas privadas na localização urbana na educação básica no Brasil de 2006 a 2017

(conclusão)

Piauí	120.382	110.787	-9.595	-8,0
Ceará	387.995	421.744	33.749	8,7
R. G. do Norte	145.418	168.048	22.630	15,6
Paraíba	140.473	188.949	48.476	34,5
Pernambuco	444.227	503.972	59.745	13,4
Alagoas	88.755	142.147	53.392	60,2
Sergipe	70.902	119.520	48.618	68,6
Bahia	419.763	543.173	123.410	29,4
SUDESTE	3.400.067	4.176.559	776.492	22,8
Minas Gerais	663.459	676.781	13.322	2,0
Espírito Santo	128.344	106.438	-21.906	-17,1
Rio de Janeiro	851.020	1.104.539	253.519	29,8
São Paulo	1.757.244	2.288.801	531.557	30,2
SUL	927.946	1.106.757	178.811	19,3
Paraná	363.955	445.187	81.232	22,3
Santa Catarina	213.721	250.471	36.750	17,2
R. G. do Sul	350.270	411.099	60.829	17,4
CENTROESTE	570.650	666.115	95.465	16,7
M. G. do Sul	82.160	87.863	5.703	6,9
Mato Grosso	75.402	107.316	31.914	42,3
Goiás	248.178	278.999	30.821	12,4
Dist. Federal	164.910	191.937	27.027	16,4

Fontes: Censos Escolares de 2006 e 2017 (BRASIL, 2007, 2018) e cálculos efetuados pelos autores.

Gráfico 2 - Evolução percentual do número de matrículas estaduais e municipais de 2007 a 2017 e privadas de 2006 a 2017 na localização urbana na educação básica por região no Brasil



Fontes: Censos Escolares de 2006, 2007 e 2017 (BRASIL, 2007, 2008a, 2018) e cálculos efetuados pelos autores.

Os quadros 8 e 9 e o gráfico 3 retratam a evolução das matrículas estaduais e municipais (quadro 8) de 2007 a 2017 e privadas (quadro 9) de 2006 a 2017 na localização rural na educação



básica. Em termos nacionais, ao contrário do que aconteceu na localização urbana, a queda do número de matrículas estaduais (-70.734, ou -7,8%) foi muito menor do que a de municipais (-1.393.713, ou -23,3%), sendo que as matrículas privadas, com presença irrisória na localização rural, também diminuíram. Nas regiões, as diferenças foram significativas. No Norte, as estaduais cresceram 29,1%, porém as municipais (-7,0%) e privadas (-36,5%) diminuíram. No Nordeste, a queda das estaduais, municipais e privadas foi de 17,3%, 28,3% e 17,7%, respectivamente, embora as privadas tenham crescido na Bahia, Paraíba e Pernambuco. No Sudeste, a redução das estaduais e municipais foi de 24,0% e 20,6%, respectivamente, mas as privadas aumentaram 23,59%, devido principalmente ao crescimento no Rio de Janeiro. Na região Sul, as estaduais (-24,0%), municipais (-23,5%) e as privadas (-5,7%) diminuíram, porém, as privadas cresceram em Santa Catarina. Por fim, no Centro-Oeste, tal como aconteceu no Norte, as estaduais aumentaram 40,5%, porém as municipais (-15,4%) e privadas (-19,8%) diminuíram. Os seguintes fatos merecem destaque: (a) as matrículas municipais do Nordeste são responsáveis pela grande maioria da redução das municipais no Brasil (-1.097.507, ou -78,7% do total nacional de -1.393.713); (b) em duas regiões (Norte e Centro-Oeste), as estaduais tiveram acréscimo, ao contrário do que aconteceu nas outras três; (c) a única região com aumento das matrículas privadas foi o Sudeste; (d) um exame detalhado permite constatar que, mesmo dentro de cada região, uma ou algumas redes são mais responsáveis pelo aumento ou diminuição, não havendo, necessariamente, um movimento uniforme no interior de cada região, o que sugere a relevância de se ter estudos regionais e locais para a compreensão dessa diversidade.

Quadro 8 - Evolução do número de matrículas estaduais e municipais na localização rural na educação básica no Brasil de 2007 a 2017

(continua)

Região/Unidade da Federação	Estadual				Municipal			
	2007	2017	Ev.	Ev. %	2007	2017	Evolução	Ev. %
BRASIL	905.584	834.950	-70.634	-7,8	5.992.612	4.598.899	-1.393.713	-23,3
NORTE	160.469	207.125	46.656	29,1	1.032.356	959.969	-72.387	-7,0
Rondônia	9.767	16.094	6.327	64,8	75.779	51.575	-24.204	-31,9
Acre	30.351	45.734	15.383	50,7	34.627	35.846	1.219	3,5
Amazonas	19.263	46.942	27.679	143,7	222.531	210.079	-12.452	-5,6
Roraima	19.193	21.838	2.645	13,8	9.228	15.277	6.049	65,6
Pará	45.650	36.158	-9.492	-20,8	640.268	603.396	-36.872	-5,8
Amapá	23.689	26.348	2.659	11,2	9.491	13.486	3.995	42,1
Tocantins	12.556	14.011	1.455	11,6	40.432	30.310	-10.122	-25,0
NORDESTE	279.589	231.276	-48.313	-17,3	3.878.517	2.781.010	-1.097.507	-28,3
Maranhão	52.960	62.417	9.457	17,9	769.047	624.479	-144.568	-18,8
Piauí	9.583	11.960	2.377	24,8	279.895	194.682	-85.213	-30,4



Quadro 8 - Evolução do número de matrículas estaduais e municipais na localização rural na educação básica no Brasil de 2007 a 2017

(conclusão)

Ceará	10.206	22.611	12.405	121,5	589.910	368.741	-221.169	-37,5
R. G. do Norte	16.568	8.762	-7.806	-47,1	143.064	111.208	-31.856	-22,3
Paraíba	25.870	16.880	-8.990	-34,8	189.090	135.173	-53.917	-28,5
Pernambuco	103.448	49.834	53.614	-51,8	425.730	308.705	-117.025	-27,5
Alagoas	13.391	10.866	-2.525	-18,9	226.717	186.355	-40.362	-17,8
Sergipe	10.817	7.043	-3.774	-34,9	139.234	102.841	-36.393	-26,1
Bahia	36.746	40.903	4.157	11,3	1.115.830	748.826	-367.004	-32,9
SUDESTE	215.504	163.839	51.665	-24,0	589.725	468.373	-121.352	-20,6
Minas Gerais	83.600	62.067	21.533	-25,8	291.573	191.307	-100.266	-34,4
Espírito Santo	15.035	12.168	-2.867	-19,1	66.916	56.488	-10.428	-15,6
Rio de Janeiro	41.546	23.745	17.801	-42,8	139.620	131.653	-7.967	-5,7
São Paulo	75.323	65.859	-9.464	-12,6	91.616	88.925	-2.691	-2,9
SUL	183.694	139.539	44.155	-24,0	327.148	250.109	-77.039	-23,5
Paraná	63.572	56.011	-7.561	-11,9	94.271	64.559	-29.712	-31,5
Santa Catarina	38.850	27.916	10.934	-28,1	83.590	69.250	-14.340	-17,2
R. G. do Sul	81.272	55.612	25.660	-31,6	149.287	116.300	-32.987	-22,1
CENTRO-OESTE	66.328	93.171	26.843	40,5	164.866	139.438	-25.428	-15,4
M. G. do Sul	5.915	14.705	8.790	148,6	41.461	44.038	2.577	6,2
Mato Grosso	27.126	46.389	19.263	71,0	75.926	57.211	-18.715	-24,6
Goiás	9.772	9.686	-86	-0,9	47.479	38.189	-9.290	-19,6
Distrito Federal	23.515	22.391	-1.124	-4,8				

Fontes: Censos Escolares de 2007 e 2017 (BRASIL, 2008a, 2018) e cálculos efetuados pelos autores.

Quadro 9 – Evolução do número de matrículas privadas na localização rural na educação básica no Brasil de 2006 a 2017

(continua)

Região/Unidade da Federação	2006	2017	Ev.	Ev. %
BRASIL	91.786	81.690	-10.096	-11,0
NORTE	10.411	6.608	-3.803	-36,5
Rondônia	1.268	1.382	114	9,0
Acre	0	0	0	0
Amazonas	1.971	566	-1.405	-71,3
Roraima	59	34	-25	-42,4



Quadro 9 – Evolução do número de matrículas privadas na localização rural na educação básica no Brasil de 2006 a 2017

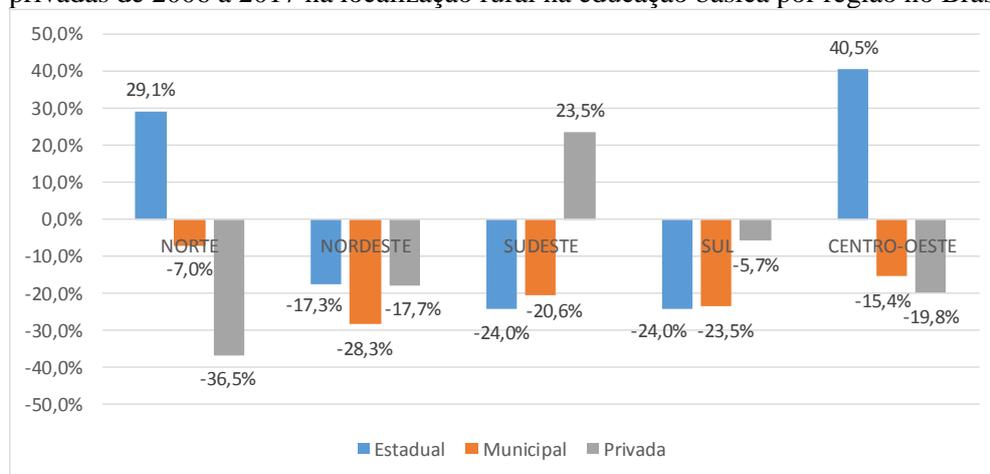
(conclusão)

Pará	4.006	3.228	-778	-19,4
Amapá	1.635	400	-1.235	-75,5
Tocantins	1.472	998	-474	-32,2
NORDESTE	52.424	43.157	-9.267	-17,7
Maranhão	24.215	20.422	-3.793	-15,7
Piauí	3.329	151	-3.178	-95,5
Ceará	4.502	1.075	-3.427	-76,1
R. G. do Norte	1.306	1.175	-131	-10,0
Paraíba	364	694	330	90,7
Pernambuco	6.658	7.568	910	13,7
Alagoas	2.965	1.434	-1.531	-51,6
Sergipe	1.007	1.634	627	62,3
Bahia	8.078	9.004	926	11,5
SUDESTE	18.680	23.077	4.397	23,5
Minas Gerais	3.061	4.141	1.080	35,3
Espírito Santo	2.032	2.149	117	5,8
Rio de Janeiro	5.815	9.407	3.592	61,8
São Paulo	7.772	7.380	-392	-5,0
SUL	4.325	4.079	-246	-5,7
Paraná	1.914	1.504	-410	-21,4
Santa Catarina	601	780	179	29,8
R. G. do Sul	1.810	1.795	-15	-0,8
CENTRO-OESTE	5.946	4.769	-1.177	-19,8
M. G. do Sul	1.706	1.352	-354	-20,8
Mato Grosso	598	220	-378	-63,2
Goiás	2.447	2.071	-376	-15,4
Distrito Federal	1.195	1.126	-69	-5,8

Fontes: Censos Escolares de 2006 e 2017 (BRASIL, 2007, 2018) e cálculos efetuados pelos autores.



Gráfico 3 - Evolução percentual do número de matrículas estaduais e municipais de 2007 a 2017 e privadas de 2006 a 2017 na localização rural na educação básica por região no Brasil



Fontes: Censos Escolares de 2006, 2007 e 2017 (BRASIL, 2007, 2008a, 2018) e cálculos efetuados pelos autores.

EXPLICAÇÕES DADAS PARA A EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS E SUA INSUFICIÊNCIA

Basicamente, os censos e resumos técnicos do INEP e outros textos dizem que a evolução das matrículas se explica pela transição demográfica (queda da taxa de natalidade) e pela melhoria do fluxo escolar (por meio de classes de aceleração de aprendizagem, por exemplo). Sem negar a importância destes fatores, acreditamos que ações deliberadas de governos estaduais e municipais tiveram muita importância em tal evolução negativa, por várias razões. Uma é que a redução da taxa de natalidade é gradual, não abrupta, e, portanto, para este fator ter muita importância a queda do número de matrículas teria de ser também gradual, porém o que se observa são diminuições expressivas (sobretudo estaduais), inclusive de um ano para outro, como mostram os Censos de todos os anos de 2007 a 2017, que não reproduzimos aqui por falta de espaço. Outra é que, se o argumento da transição fosse tão importante, teria se manifestado também nas matrículas federais (passaram de 185.095, em 2007, para 338.636, em 2017, aumento de 82,9%) e privadas, que, ao contrário, cresceram no período, e a queda das matrículas estaduais e municipais seria mais ou menos semelhante em todas as regiões e redes, o que não aconteceu.

Sem desconsiderar possíveis erros ou falsificação de dados no preenchimento dos censos pelas escolas e secretarias municipais e estaduais, acreditamos que se deve levar em conta também tais ações deliberadas dos governos para explicar diferenças tão grandes nos dados. Isso pode ser demonstrado na evolução das matrículas rurais, sobretudo das municipais, que diminuíram 1.393.713 entre 2007 e 2017, redução concentrada no Nordeste, responsável pela queda de 1.097.507 matrículas (78,7% do total). Tal resultado se deve muito provavelmente ao fechamento de escolas do campo (também chamado eufemisticamente de “nucleação” de escolas rurais), de 17.512 no Nordeste e 26.816 no Brasil, sendo o percentual do Nordeste



(65,3%) proporcionalmente muito superior ao das outras regiões. É pouco provável que tal declínio rural se explique com base em queda da taxa de natalidade, mas sim em ação deliberada de milhares de prefeituras Brasil afora, pois o número de matrículas municipais rurais caiu em todas as regiões, como indica o gráfico 3, e praticamente em todos os estados, menos no Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Roraima. O número de escolas municipais rurais, por sua vez, também caiu em todas as regiões, como ilustra o gráfico 4, em praticamente em todos os estados, menos no Amapá, Mato Grosso do Sul e Roraima, como mostra o quadro 10, a seguir.

Quadro 10 - Evolução numérica e percentual de estabelecimentos municipais na localização rural na educação básica entre 2007 e 2017 no Brasil

(continua)

	2007	2017	Evolução	Ev. %
BRASIL	81.361	54.545	-26.816	-33,0
NORTE	15.992	12.633	-3.359	-21,0
Rondônia	935	341	-594	-63,5
Acre	841	737	-104	-12,4
Amazonas	3.941	3.554	-387	-9,8
Roraima	231	253	22	9,5
Pará	8.965	7.112	-1.853	-20,7
Amapá	192	220	28	14,6
Tocantins	887	416	-471	-53,1
NORDESTE	48.760	31.248	-17.512	-35,9
Maranhão	9.502	7.576	-1.926	-20,3
Piauí	4.898	2.448	-2.450	-50,0
Ceará	6.072	2.901	-3.171	-52,2
R. G. do Norte	1.917	1.307	-610	-31,8
Paraíba	3.575	2.148	-1.427	-39,9
Pernambuco	5.653	3.510	-2.143	-37,9
Alagoas	2.009	1.373	-636	-31,7
Sergipe	1.349	924	-425	-31,5
Bahia	13.785	9.061	-4.724	-34,3
SUDESTE	9.240	6.120	-3.120	-33,8
Minas Gerais	5.270	3.252	-2.018	-38,3
Espírito Santo	1.522	984	-538	-35,3
Rio de Janeiro	1.244	994	-250	-20,1
São Paulo	1.204	890	-314	-26,1



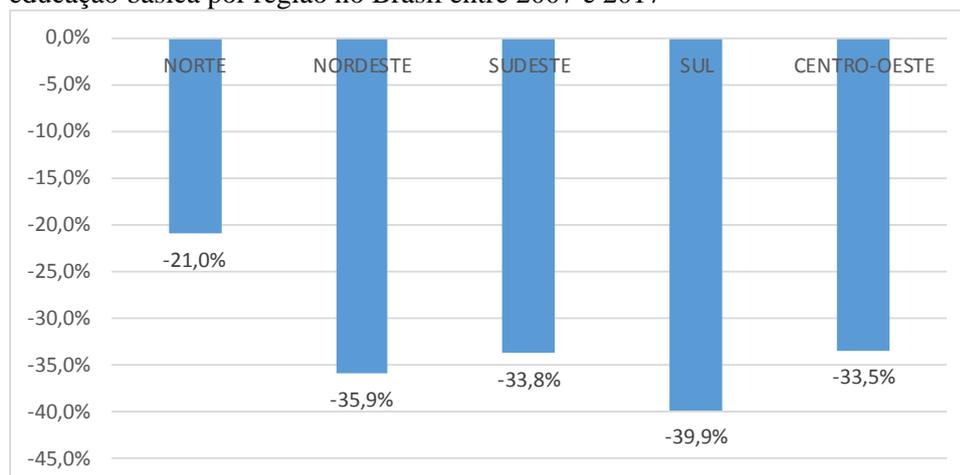
Quadro 10 - Evolução numérica e percentual de estabelecimentos municipais na localização rural na educação básica entre 2007 e 2017 no Brasil

(conclusão)

SUL	5.556	3.338	-2.218	-39,9
Paraná	1.411	897	-514	-36,4
Santa Catarina	1.664	982	-682	-41,0
R. G. do Sul	2.481	1.459	-1.022	-41,2
CENTRO-OESTE	1.813	1.206	-607	-33,5
M. G. do Sul	154	186	32	20,8
Mato Grosso	951	579	-372	-39,1
Goiás	708	441	-267	-37,7

Fontes: Censos Escolares de 2007 e 2017 (BRASIL, 2008a, 2018) e cálculos efetuados pelos autores.

Gráfico 4 - Evolução percentual do número de estabelecimentos municipais na localização rural na educação básica por região no Brasil entre 2007 e 2017



Fontes: Censos Escolares de 2007 e 2017 (BRASIL, 2008a, 2018) e cálculos efetuados pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo constatou, com base em levantamento de artigos de periódicos educacionais acadêmicos, a existência de pouquíssimas pesquisas sobre a evolução das matrículas na educação básica nos censos do INEP (de 2007 e 2008, por exemplo) nos últimos anos e, por isso, sugere a realização de mais estudos sobre isso.

Em termos nacionais, constatou ainda a redução das matrículas estaduais (-5.704.486) e municipais (-1.429.275) entre 2007 e 2017 e o crescimento das matrículas privadas (+1.540.858) entre 2006 e 2017 e enormes diferenças entre regiões e estados. Nas regiões, como mostra o gráfico 1, as matrículas estaduais caíram 33,9% no Nordeste, seguido pelo Sul (-25,9%), Sudeste (-25,3%), Norte (-17,9%) e Centro-Oeste (-17,8%). As municipais, por sua vez, diminuíram no Nordeste (-15,1%) e Sudeste (-3%), porém cresceram no Norte (+2,1%),



Sul (+5,4%) e Centro-Oeste (+8%). A maior redução de matrículas estaduais e municipais, ocorreu, portanto, no Nordeste. As matrículas privadas, por fim, expandiram-se em todas as regiões: Norte (+27,9%), Nordeste (+18,8%), Centro-Oeste (+16,4%), Sudeste (+22,8%) e Sul (+19,2%).

Na vasta maioria das Unidades da Federação o número de matrículas estaduais diminuiu, desde o mínimo de -6,9%, no Amazonas, até o máximo de -46,8%, no Rio de Janeiro, tendo como única exceção o Acre, cujo número de matrículas cresceu. O número de matrículas municipais, por sua vez, caiu em 13 Unidades da Federação (principalmente no Nordeste), o que chama atenção porque a maioria ou pelo menos muitas de suas prefeituras tiveram e têm receitas adicionais expressivas com a complementação federal e as perdas dos governos estaduais para o Fundeb. No entanto, em 13 estados o número de municipais aumentou, desde um mínimo de +0,05% (Paraná) até um máximo de +99,4% (Roraima).

Já a evolução do número de matrículas privadas foi o contrário das estaduais e municipais, com uma média de crescimento de 21% de 2006 a 2017. Os aumentos (em 23 estados) variaram do mínimo de 2,2%, em Minas Gerais, até o máximo de 143,2%, em Roraima. Apenas no Acre, em Rondônia, Piauí e Espírito Santo o número diminuiu.

A evolução das matrículas urbanas também apresentou grandes diferenças. Em termos nacionais, o número de estaduais diminuiu 5.633.852 (-26,8%), o de municipais teve uma queda quase irrisória (-35.562, ou -0,2%), porém o de matrículas privadas cresceu bastante (+1.550.954, ou +21,4%). Nas regiões, as diferenças também foram significativas, como indica o gráfico 2. No Norte, enquanto as estaduais diminuíram 21,7%, as municipais e as privadas cresceram, respectivamente, 7,8%, e 29,9%. No Nordeste, a queda das estaduais e municipais foi de 34,9% e 6,5%, respectivamente, porém as matrículas privadas cresceram 19,8%. No Sudeste, a redução das estaduais e municipais foi de 25,3% e 1,6%, respectivamente, mas as privadas aumentaram 22,8%. No Sul, apenas as estaduais diminuíram (-26%), pois as municipais (+9,5%) e as privadas (+19,3%) cresceram. Por fim, no Centro-Oeste, as estaduais tiveram redução de 19,9%, porém as municipais (+11,6%) e privadas (+16,7%) aumentaram. Os seguintes pontos merecem destaque: (a) as estaduais de quase todas (com exceção do Acre) as redes diminuíram, desde o mínimo de -8,5% (Distrito Federal) até o máximo de -46,5% (Rio de Janeiro); (b) as matrículas municipais das regiões Norte, Sul e Centro-Oeste aumentaram, porém as do Nordeste e Sudeste diminuíram; (c) o aumento das municipais variou do mínimo de +3,2% (Paraná) até o máximo de +113% (Roraima); (d) a diminuição das municipais oscilou desde o mínimo de -1,4% (Pará) até o máximo de -13,7% (Alagoas); (e) o número de matrículas privadas cresceu em quase todos os estados, com exceção do Acre, Espírito Santo, Piauí e Rondônia, desde o mínimo de +2% (Minas Gerais) até o máximo de +148% (Roraima).

Também a evolução das matrículas rurais variou bastante. Em termos nacionais, a queda do número de estaduais (-70.734, ou -7,8%) foi muito menor do que o de municipais (-1.393.713, ou -23,3%), sendo que as matrículas privadas, com presença irrisória na região rural,



também diminuíram. Nas regiões, como ilustra o gráfico 3, as diferenças foram significativas. No Norte, as estaduais cresceram 29,1% porém as municipais (-7,0%) e privadas (-36,5%) diminuíram. No Nordeste, a queda das estaduais, municipais e privadas foi de 17,3%, 28,3% e 17,7%, respectivamente. No Sudeste, a redução das estaduais e municipais foi de 24,0% e 20,6%, respectivamente, mas as matrículas privadas aumentaram 23,59%, devido principalmente ao crescimento no Rio de Janeiro. No Sul, as estaduais (-24,0%) e municipais (-23,5%) e as privadas (-5,7%) diminuíram, porém as privadas cresceram em Santa Catarina. Por fim, no Centro-Oeste, tal como aconteceu no Norte, as estaduais aumentaram 40,5%, porém as municipais (-15,4%) e privadas (-19,8%) diminuíram. Os seguintes fatos merecem destaque nas matrículas rurais: (a) as municipais do Nordeste são responsáveis pela grande maioria da redução municipal no Brasil (-1.097.507, ou -78,7% do total de -1.393.713); (b) em duas regiões (Norte e Centro-Oeste), as estaduais tiveram acréscimo, ao contrário do que aconteceu nas outras três; (c) a única região com aumento das matrículas privadas foi o Sudeste.

Em vista das grandes diferenças na evolução das matrículas, as explicações geralmente apresentadas (queda da taxa de natalidade, correção do fluxo escolar) não nos parecem suficientes. Sem negar a importância delas, acreditamos que a redução deve ser atribuída também e talvez principalmente em alguns casos a ações deliberadas de governos estaduais e municipais, o que indica a necessidade de estudos focalizados no âmbito local e regional a fim de se entender as diferenças no movimento das matrículas nas regiões, mas sobretudo no interior de cada unidade da federação, buscando compreender as especificidades locais que engendraram diferenças tão expressivas, como ilustra, por exemplo, Roraima.

Por último, cabe frisar que, considerando a evolução negativa das matrículas estaduais e municipais na educação básica no período de 2007 a 2017, é possível afirmar que, do ponto de vista quantitativo, a educação básica pública não se desenvolveu, colocando em xeque um dos objetivos centrais do Fundeb, pelo menos em âmbito nacional. No entanto, os censos, no período investigado, revelam a expansão do setor privado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2006**. Brasília, DF: INEP, 2007. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>_ Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2007**. Brasília, DF: INEP, 2008a. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>_ Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2008**. Brasília, DF: INEP, 2009a. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2018.



BRASIL. Ministério da Educação. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2009**. Brasília, DF: INEP, 2010a. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2010**. Brasília, DF: INEP, 2011a. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2011**. Brasília, DF: INEP, 2012a. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2012**. Brasília, DF: INEP, 2013a. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2013**. Brasília, DF: INEP, 2014a. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2014**. Brasília, DF: INEP, 2015. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2011. Resumo técnico**. Brasília, DF: INEP, 2012b. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2012. Resumo técnico**. Brasília, DF: INEP, 2013b. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2013. Resumo técnico**. Brasília, DF: INEP, 2014b. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota técnica Nº 8/2017/CGCQTI/DEED**. Estimativas de fluxo escolar a partir do acompanhamento longitudinal dos registros de aluno do Censo Escolar do período 2007-2016. Brasília: INEP, 27 de junho de 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2007_2016/nota_tecnica_taxas_transicao_2007_2016.pdf. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultado do Censo da Educação Básica 2009**. Brasília, DF: INEP, 2010b. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2018.



BRASIL. Ministério da Educação. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico. **Censo Escolar 2010**. Brasília, DF: INEP, 2011b. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2007**. Brasília, DF: INEP, 2008b. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2008**. Brasília, DF: INEP, 2009b. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2017**. Brasília, DF: INEP, 2018. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2018.

FARENZENA, N.; MENDES, A. de O. Capacidade de financiamento da educação em municípios do Rio Grande do Sul: uma exploração a partir dos efeitos redistributivos do FUNDEF e do FUNDEB. **Currículo sem Fronteiras**, v. 10, n. 1, p. 265-286, jan./jun. 2010.

OLIVEIRA, J. dos. S.; CASAGRANDE A. L. A oferta de educação infantil no estado de São Paulo: uma análise do censo escolar. **Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 172-195, 2013.

REBELO, A. S.; KASSAR, M. de C. M. Indicadores educacionais de matrículas com deficiência no Brasil (1974-2014). **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 29, n. 70, p. 276-307, jan./abr. 2018.

RIGOTTI, J. I. R. Transição demográfica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 467-490, maio/ago. 2012.

SALES, L. C.; SILVA, M. J. G. de S. e. A movimentação das matrículas no ensino fundamental no estado do Piauí. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1283-1301, out./dez. 2013.

TAVARES JÚNIOR, F.; FARIA, V. B.; LIMA, M. A. de. Indicadores de fluxo escolar e políticas educacionais: avaliação das últimas décadas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 23, n. 52, p. 48-67, maio/ago. 2012.



Notas

¹ Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor titular aposentado da Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato: nidavies1@hotmail.com

² Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: alzirabatalha@hotmail.com

³ Não utilizamos o mesmo ano como marco inicial, porque, segundo a **Sinopse Estatística da Educação Básica de 2007** (BRASIL, 2008b), os dados do Censo de 2006 haviam sido superestimados, não sendo recomendável tomar 2006 como referência para as matrículas públicas. No caso das privadas, por conta de uma subnotificação de matrículas em 2007, optamos pelos dados de 2006.

⁴ Informações mais detalhadas, tais como: nome completo, data de nascimento, sexo, cor e raça, nomes dos pais, naturalidade, endereço residencial, necessidades de atendimento escolar diferenciado, utilização de transporte público, necessidades educacionais especiais e rendimento escolar do ano anterior. Ver: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/31898>. Acesso em dezembro 2018.